



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Processo 263/2025

Origem/Interessado Câmara Municipal de Primavera do Leste

Assunto Projeto de Lei 1.857/2025 – Institui o programa “Adote um campeão”, que incentiva o patrocínio de atletas de destaque por empresas no Município de Primavera do Leste/MT, e dá outras providências.

Parecer nº 385/2025/PJCM

Local e Data Primavera do Leste/MT, 05 de novembro de 2025.

Procuradora Jurídica Rebeca Morena Pozzebonn Abreu

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INSTITUI O PROGRAMA “ADOTE UM CAMPEÃO”, QUE INCENTIVA O PATROCÍNIO DE ATLETAS DE DESTAQUE POR EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

De autoria do Ilustre Vereador Lucas Telles dos Passos, submete-se à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Primavera do Leste-MT, o Projeto de Lei Ordinária nº 1.857/2024, o qual **“Institui o programa “Adote um campeão”, que incentiva o patrocínio de atletas de destaque por empresas no Município de Primavera do Leste/MT, e dá outras providências.”**

Em sua justificativa, encartada às fls. 03, assim dispõe:

“O presente Projeto de Lei, que institui o Programa “Adote um Campeão” no Município de Primavera do Leste - MT, tem como referência o projeto já existente e aprovado na Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG, cuja implementação tem mostrado resultados expressivos na valorização do esporte local da iniciativa privada com o desenvolvimento social. e no engajamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

A proposta busca fomentar o desenvolvimento do esporte primaverense promovendo a inclusão social, o reconhecimento de talentos e a projeção do Município em competições regionais, estaduais e nacionais. O programa cria um elo entre o setor privado e os atletas locais, estimulando o investimento no potencial esportivo da cidade e fortalecendo o vínculo comunitário por meio do patrocínio responsável e transparente.

Em Primavera do Leste, há inúmeros atletas que se destacam em diversas modalidades, mas enfrentam limitações financeiras para participar de competições, adquirir equipamentos ou manter treinamentos adequados. O "Adote um Campeão" surge, portanto, como instrumento de apoio real, com foco especial naqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além de beneficiar os atletas, a iniciativa valoriza as empresas participantes, que poderão receber o selo "Empresa Parceira do Esporte" e ter sua marca divulgada em canais oficiais e eventos municipais, fortalecendo sua imagem social e compromisso com a cidade."

Após, os autos vieram a esta Procuradoria Jurídica para emissão de parecer.

É o relatório. Passo a fundamentar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.1 DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

Rebeca



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

II.II DA ANÁLISE JURÍDICA

Da análise dos autos, observa-se que o projeto em tela se enquadra na definição de interesse local, disposta no art. 30, I, da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nesta linha, ensina Alexandre de Moraes que *“apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)”*¹.

E ainda, o mesmo jurista leciona que *“as competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)”*.

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao disposto no Regimento Interno, art. 89, combinado com o artigo 37 *caput*, da Lei Orgânica Municipal.

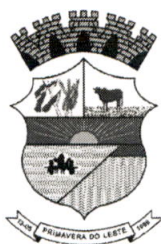
“Art. 89. A iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, a qualquer Comissão, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos. (...)”

“Art. 37. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. (...)”

Resta evidente a pertinência do presente Projeto, bem demonstradas

1 MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.

Rebeca



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

na Justificativa do mesmo.

Por fim, quanto à tramitação do projeto de lei em comento, conforme o Regimento Interno desta Câmara Municipal, é indispensável a sua análise pelas Comissões, com fulcro no art. 42 e seguintes do R.I., recomendo portanto, seja levado à apreciação da **Comissão de Justiça e Redação**, a que cabe a apreciação formal e material quanto ao Projeto de Lei em tela.

Destarte, verifica-se que a proposição legislativa em comento atende aos requisitos legais, não existindo nenhum vício que impeça seu regular trâmite.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, não encontrando nenhum óbice sob a ótica jurídica que impeça a tramitação do presente Projeto de Lei, opino **FAVORAVELMENTE** ao trâmite regular do presente feito.

É o parecer.

Primavera do Leste/MT, 05 de novembro de 2025.


REBECA MORENA POZZEBONN ABREU
Procuradora Jurídica da Câmara Municipal